

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR HALISSON LUCIANO CHAVES AYRES DA FONSECA, PREGOEIRO OFICIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2019

CS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº. 06.311.155/0001-25, já devidamente qualificada no presente processo licitatório, vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de vitória da licitante CITY SERVICE SEGURANCA LTDA, o que faz na forma do art. 26 do Decreto n. 5.450/2012, com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – TEMPESTIVIDADE

1. A Recorrente apresentou sua intenção de interposição de recurso no dia 25/07/2019, quinta-feira. De acordo com o dispositivo do art. 26 do Decreto n. 5.450/2005, o prazo para interposição do presente Recurso é de 3 (três) dias úteis, contados na forma do art. 110 da Lei n. 8.666/93, a partir do dia útil seguinte à notificação. Assim, conforme informação do sistema compasnet, o prazo findar-se á em 30/07/2019, terça-feira, data até a qual o recurso será tempestivo, impugnando-se as alegações em contrário.

II - SÍNTESE DOS FATOS

2. Em breve síntese, trata-se de licitação em que a Recorrida foi considerada vencedora do certame, e após análise da proposta e documentação de habilitação encaminhada através do sistema compasnet, foi considerada aceita e habilitada por parte do i. pregoeiro e comissão de licitação do Ministério da Justiça, no entanto tal decisão merece reparo, conforme passamos a demonstrar.

3. Após minuciosa análise na proposta e documentação de habilitação da Recorrida, é notório que a mesma encontra-se desclassificada/inabilitada, pois não atendeu aos itens 6.9, 6.10, 8.6.1 e 9.1.1 do edital, argumentação que será aprofundada neste momento, o que comprova a impossibilidade de sua vitória.

4. É o que se passa a expor.

III - RAZÕES DE RECURSO

5. Primeiramente, cabe ressaltar que, quando a Recorrida registrou a sua proposta no sistema compasnet, o próprio sistema, disponibilizou um "campo" em que a Recorrida declarou que cumpria naquele momento todos os requisitos do edital e seus anexos e como requisito para a participação no pregão eletrônico, a recorrida manifestou, sob as penas da lei, em campo próprio, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

6. Comprova-se o não atendimento aos requisitos de habilitação jurídica por parte da Recorrida, quando se observa a exigência contida no item 8.6.1 do edital, vejamos:

8.6.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DA RESPECTIVA SEDE, ACOMPANHADO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE SEUS ADMINISTRADORES; (grifei)

7. Conforme registro em ata no sistema compasnet, no dia 22/07/2019 a recorrida anexou ao sistema a sua proposta e toda documentação de habilitação prevista no edital, no entanto não juntou no rol de documentos os "DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE SEUS ADMINISTRADORES" ou seja, deixou de anexar documento de identificação obrigatório e exigido no edital, o que a inabilita com base no item 8.20, veja-se:

8.20 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja POR NÃO APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital. (grifei)

8. A princípio, a situação observada configura descumprimento de cláusula de habilitação expressamente prevista em edital, o que afronta o princípio da legalidade.

9. Ainda no que se refere a capacidade jurídica da Recorrida, observa-se que a mesma juntou ao rol de documentação somente a 30ª alteração contratual, bem como procuração cedendo poderes para o procurador Sr. DANILO LAMOUNIRER PARAISO, a qual é o seu representante legal apto e com poderes para firmar proposta, bem como declarações no presente certame, colaborando com esse entendimento, vejamos a redação exposta no item 9.1.1 do edital:

9.1. A PROPOSTA FINAL AJUSTADA AO ÚLTIMO VALOR OFERTADO DO LICITANTE VENCEDOR e os documentos exigidos para as fases de aceitação e de habilitação, deverão ser anexados em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, poderão ser remetidos para o endereço eletrônico licitacao@mj.gov.br, em até 03 (três) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro. A PROPOSTA DEVERÁ:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo A ÚLTIMA FOLHA SER ASSINADA E AS DEMAIS RUBRICADAS PELO LICITANTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL. (destaquei)

10. Ocorre que, ao analisar a proposta final da recorrida ajustada ao seu ultimo lance ofertado, disponível no link: <https://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2019/collective-nitf-content-8>, observa-se que a mesma foi assinada e rubricada por pessoa diversa daquela com poderes no certame, ou seja pelo Sr. PAULO GUTIERRE, e não Sr. DANILO LAMOUNIRER PARAISO.

11. Em que pese o signatário da proposta ser gerente da empresa recorrida (consta no carimbo da proposta), se faz necessária a verificação do alcance de seus poderes para representar a mesma perante terceiros, bem como perante a Administração, com a finalidade precípua de garantir a estabilidade dos atos praticados, assim como sua validade.

12. Diante do exposto, verifica-se que não existe no processo nenhum documento a qual conceda poderes ao Sr. PAULO GUTIERRE, para assumir compromissos em nome da recorrida, o que somente seria permitido através de procuração e desde que essa outorga tivesse sido feita na forma de Instrumento de Mandato próprio, sob pena de afronta ao Princípio da Segurança Jurídica. Sendo certo ser este um princípio basilar do Estado de Direito Democrático, assegurando estabilidade às relações jurídicas.

13. Uma vez que a proposta foi assinada por pessoa desprovida de poderes, aquelas estariam nulas de pleno direito, ou seja, a proposta final apresentada pela recorrida não possui validade nenhuma para o referido certame.

14. Fazemos uma analogia ao Pregão Presencial. Nessa forma de certame os Pregoeiros requerem primariamente o credenciamento dos interessados, que se consubstanciam na apresentação de contrato social e identificação, e caso representada por terceiros, contrato social, procuração e identificação do outorgado.

15. Resta frisar que agir de maneira análoga seria incorrer em erro grosseiro, como bem aduz o Acórdão do Tribunal de Contas da União 891/2018, nos autos do Processo 000.4972015-0, cujo trecho segue transcrito in literis:

Para piorar, os servidores do MTur não esclareceram o motivo de terem aceitado as aludidas cartas de exclusividade, a despeito de, estranhamente, ELAS ESTAREM ASSINADAS PELA MESMA PESSOA, COMO REPRESENTANTE LEGAL, SEM POSSUIR, TODAVIA, A NECESSÁRIA PROCURAÇÃO PARA ESSA SUPOSTA REPRESENTAÇÃO LEGAL, restando, mais uma vez, configurado o inescusável erro grave e grosseiro na elaboração do correspondente parecer, para além da evidente ausência de boa-fé." (grifei)

16. E aqui cabe salientar que se trata de Segurança Jurídica lato sensu, ou seja, não se busca tão somente a segurança jurídica deste Ministério, mas também para a Recorrida, tendo em vista que se trata de contratação de direitos e deveres e de montante considerável e com compromissos a serem assumidos na esfera trabalhista, fiscal e previdenciária, e nesse caso aceitar proposta assinada por pessoa sem poderes para tal, prejudica todo o processo em caso de algum tipo de responsabilização seja por culpa ou dolo.

17. Admitir que qualquer pessoa, podendo ser detentora de contrato de trabalho com uma empresa (gerente), sem mandato próprio, possa representá-la passa totalmente ao largo da legalidade. Mutatis Mutandis, há que se registrar entendimento uníssono na jurisprudência de que a concessão de procuração não gera vínculo empregatício. Em sendo assim, o reverso, por óbvio, é tampouco admitido.

18. Não pode a Administração Pública se furtar da observância das especificidades societárias, até porque, a proposta ausente de assinatura válida inexiste no mundo das coisas, portanto, é considerada não apresentada. Nesse sentido é a jurisprudência dos Tribunais Pátrios, senão vejamos:

Mandado de segurança recurso "ex officio" licitação visando a contratação de empresa para prestação de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica do prolongamento da rua francisca lucas bonilhe e rua orlando nieri desclassificação da empresa Objeto Construção Civil e Pavimentação Ltda na tomada de preços 011/2011 POR NÃO ATENDER O ITEM 7.2.1 DO EDITAL, QUAL SEJA, PROPOSTA NÃO ASSINADA PELOS SÓCIOS - IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE ASSINATURA MERO ERRO FORMAL JÁ QUE SEM ELA NÃO HÁ PROPOSTA VÁLIDA - Segurança concedida recurso desprovido (TJ-SP - REEX: 00004931120128260663 SP 0000493-11.2012.8.26.0663, Relator: Franco Cocuzza, Data de Julgamento: 25/02/2013, 5a Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 27/02/2013) (destaquei).

19. Nesse contexto deve ser observada a vinculação ao Instrumento Convocatório, princípio da legalidade (art. 3o da Lei 8.666/93) e impossibilidade de juntada de documento posterior (art. 43, §3o do mesmo Diploma).

20. Ante a ausência de assinatura dos sócios, administradores ou procuradores legalmente habilitados no certame, a recorrida deixou de cumprir requisito de validade obrigatório para apresentação da proposta nos termos do edital, e deve ser desclassificada.

21. Por fim, após minuciosa análise aos lances registrados na ata disponível no sistema comprasnet, verificamos algumas supostas inconsistências a qual vai em desencontro com o exposto na IN 03, bem como o item 6.9 e 6.10 do edital que dispõe:

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos E O INTERVALO ENTRE LANCES NÃO PODERÁ SER INFERIOR A TRÊS (3) SEGUNDOS, SOB PENA DE SEREM AUTOMATICAMENTE DESCARTADOS PELO SISTEMA OS RESPECTIVOS LANCES.

6.10. EM CASO DE FALHA NO SISTEMA, OS LANCES EM DESACORDO COM OS SUBITENS ANTERIORES DEVERÃO

SER DESCONSIDERADOS PELO PREGOEIRO, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

22. Conforme tabela que segue através do e-mail licitacao@mj.gov.br, uma vez que esse campo do sistema não permite a inclusão de anexos, podemos verificar que, a Recorrida registrou lances em desacordo com o edital a qual não foram descartados pelo sistema, mas com base no item 6.10 deveriam ser desconsiderados pelo pregoeiro.

23. Conforme destacado na tabela encaminhada através do e-mail indicado acima, verifica-se que não foi respeitado o intervalo de 3 (três) segundos entre os seus lances e os da Recorrida, e em alguns casos os lances foram enviados em período de tempo inferiores a 1 (um) segundo, onde supostamente possa ter ocorrido quebra no sistema do site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, já que tais lances não foram invalidados e/ou recusados, devendo o Ministério da Justiça comunicar o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para as providências cabíveis no que se refere a invalidação dos lances.

24. O que deve ficar claro é que o descumprimento das exigências expostas no próprio edital e aqui ventiladas, não se trata de formalismo, pois são decorrentes de regras expostas na Legislação vigente e portanto, tem caráter público. A lei não encerra termos inúteis. Se o legislador impôs essa obrigação, não pode essa Comissão entender como ato formalista. Trata-se de expressa exigência legal com base nos princípios norteadores das licitações públicas.

25. A priori, importa frisar que a Administração Pública e seus agentes estão vinculados aos Princípios Constitucionais previstos no art. 37, caput, da CF/88 quer sejam legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dentre outros que vinculam o poder público em sede de licitações.

26. Celso Antônio Bandeira de Mello leciona sobre esses princípios:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra (Curso de Direito Administrativo, 10a. edição, Malheiros Editores, 1998, pg. 583/584).

27. Ou seja, ao aceitar como válidos documentos cujo teor está em clara desconformidade com o exigido pelo edital, feriu-se a um só tempo os princípios da vinculação ao edital, de aplicação analógica, e da isonomia.

28. O edital deve ser observado, onde as suas regras são lei entre as partes, a doutrina e bem como a jurisprudência emanada pelo poder judiciário tem entendimento pacificado que o Edital após a publicação se torna lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o Edital não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório, e deve seguir seus ditames para todos os licitantes, sem exceção. Trata-se de garantia à Moralidade e Impessoalidade Administrativa e a Segurança Jurídica.

O §4º do art. 21 da Lei de Licitações prevê a possibilidade de alteração do edital, ao dispor:

(...)

Art.21... § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

(grifei)

29. As alterações podem ser por ato da própria Administração bem como provocadas por terceiros interessados no certame. Se a alteração for após a publicação do aviso do Edital, deverá renovar-se a publicação. Entretanto após o início do procedimento licitatório é defeso a Administração Pública promover qualquer alteração no Edital, PORTANTO O JULGAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA RECORRIDA, DEVE SEGUIR NA ÍNTEGRA O QUE DETERMINA O EDITAL.

30. Ora, a Recorrida não atendeu as exigências do edital expostas nos itens 6.9, 6.10, 8.6.1 e 9.1.1 do edital portanto é medida necessária a sua inabilitação.

IV – CONCLUSÃO

31. Assim com base nos fatos narrados e amparados pela legislação, edital e seus anexos, requer seja recebido, conhecido e provido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, para ao final declarar a INABILITAÇÃO da empresa CITY SERVICE SEGURANCA LTDA e consequentemente, prosseguindo-se os atos convocatórios das licitantes em ordem crescente até a proclamação, homologação e adjudicação dos serviços à vencedora, que de fato atenda ao edital, seus anexos e a legislação vigente.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Brasília, 30 de julho de 2019.

Ludmila Lima Mesquita
Diretora Administrativa

CS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
CNPJ Nº. 06.311.155/0001-25

Fechar